



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



YURI DE FREITAS OLIVEIRA

**POLICIAMENTO OSTENSIVO COMO FORMA DE PREVENÇÃO À PRÁTICA DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GO SOB A
PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR.**

GOIÂNIA-GO

2024

YURI DE FREITAS OLIVEIRA

**POLICIAMENTO OSTENSIVO COMO FORMA DE PREVENÇÃO À PRÁTICA DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GO SOB A
PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR.**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Davidson Rodrigues Bian de Oliveira.

GOIÂNIA-GO

2024

**POLICIAMENTO OSTENSIVO COMO FORMA DE PREVENÇÃO À PRÁTICA DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GO SOB A
PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR.**

**OSTENSIVE POLICE AS A FORM OF PREVENTING THE PRACTICE OF
DOMESTIC VIOLENCE IN THE MUNICIPALITY OF GOIÂNIA-GO UNDER THE
PERCEPTION OF STUDENTS ON THE MILITARY POLICE TRAINING COURSE.**

Yuri de Freitas Oliveira¹

Davidson Rodrigues Bian de Oliveira²

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar a eficácia do policiamento ostensivo e as instruções sobre violência doméstica no curso de formação da Polícia Militar de Goiânia-GO, propondo medidas de prevenção à violência doméstica através do policiamento ostensivo. A metodologia utilizada consistiu no estudo de campo com questionário aplicado a vinte alunos Policiais Militares para apresentar a percepção do policiamento ostensivo como prevenção à violência doméstica. Os resultados indicaram lacunas, incluindo a necessidade de implementação de instruções específicas e elaboradas no currículo sob cuidados com esse tipo de crime, além da conscientização acerca desse tema e integração de programas de apoio à vítimas de violência doméstica e policiamento ostensivo.

Palavras-chave: Violência doméstica; Medidas Preventivas; Policiamento ostensivo.

Abstract

This study aimed to analyze the effectiveness of overt policing and instructions on domestic violence in the training course of the Military Police of Goiânia-GO, proposing measures to prevent domestic violence through overt policing. The methodology used consisted of a field study with a questionnaire applied to twenty Military Police students to present the perception of overt policing as a prevention of domestic violence. The results indicated gaps, including the need to implement specific and elaborate instructions in the curriculum to deal with this type of crime, in addition to raising awareness about this topic and integrating support programs for victims of domestic violence and overt policing.

Keywords: Domestic violence; Preventive measures; Overt policing.

¹Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Email: yuridefreitas26@gmail.com. Telefone: (61)98111-5357.

²Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Licenciatura em Música e Especialista em Docência do Ensino Superior. Email: davidaiane@hotmail.com. Telefone: (62) 99392-9548.

1 INTRODUÇÃO

O policiamento ostensivo é uma estratégia de segurança pública caracterizada pela presença policial visível e notável para com a sociedade. Tem uma abordagem proativa, na qual os Policiais Militares (PM) patrulham áreas públicas, mantendo uma presença física, clara e identificável, com o intuito de prevenir o crime, manter a ordem pública e garantir a segurança dos cidadãos. O policiamento ostensivo também busca estabelecer uma relação de proximidade e confiança entre a polícia e a sociedade, dessa forma, preservando a segurança pública, baseada na visibilidade e na presença ativa dos policiais no cotidiano das comunidades.

Em paralelo, a violência doméstica no município de Goiânia-GO é crescente, sendo de suma importância a prevenção de situações de conflitos e desordem contra mulheres. Para uma análise completa, é necessário avaliar quais são as técnicas ensinadas e empregadas para prevenir a violência doméstica sob a percepção dos alunos do curso de formação de Policiais Militares. Portanto, com esses parâmetros foi comparado e analisado as melhores estratégias do policiamento ostensivo como ferramenta para prevenção da violência doméstica em comunidades de Goiânia.

Diante do contexto da violência doméstica em Goiânia-GO, a eficácia das estratégias de policiamento ostensivo permanece uma questão crítica e que precisa de mudanças para melhor desempenho. A precariedade em estudos com análises detalhadas e dados qualitativos limita a compreensão sobre essa abordagem, que visa a prevenção contra a violência doméstica por meio do policiamento ostensivo. Sendo assim, a problemática deste trabalho reside na identificação e análise de estratégias da presença policial que sejam mais eficazes para a diminuição da criminalidade contra mulheres. Em suma, pode-se concluir, que esta monografia engloba a seguinte pergunta: “Quais são os métodos mais eficazes dentro do policiamento ostensivo, que venham a prevenir a violência doméstica no município de Goiânia-GO, sob a perspectiva dos alunos do curso de formação de Policiais Militares?”.

O objetivo deste trabalho é analisar e identificar as estratégias de policiamento ostensivo mais eficazes para prevenção da violência doméstica no município de Goiânia, considerando a avaliação dos aprendizados e melhores práticas de policiamento, por uma ótica dos próprios alunos militares, para promover a segurança pública,

- Analisar a percepção dos alunos do curso de formação da PMGO acerca do policiamento ostensivo para prevenção da violência doméstica contra a mulher;

- Identificar a preparação durante o curso de formação da PMGO para atender e proteger mulheres que sofrem violência doméstica;
- Propor medidas de intervenção para o uso do policiamento ostensivo para a prevenção da violência doméstica no município de Goiânia;

O fim da violência doméstica ainda é uma ideia utópica no Brasil, todavia, medidas de prevenção podem ser estabelecidas para mudar esse cenário. O uso do policiamento ostensivo por Policiais Militares em comunidades é uma ferramenta para prevenir a violência contra mulheres em seus lares, no entanto, ainda apresenta dificuldades acerca de sua eficácia. Este trabalho de conclusão de curso buscou preencher essa lacuna ao oferecer uma análise do policiamento ostensivo de Goiânia, fornecendo a perspectiva de alunos do curso de formação da Polícia Militar e o contexto de estratégias eficazes.

Dessa forma, assegurar a confiança das mulheres que sofrem com violência doméstica através do policiamento e garantir que o exercício da função militar seja garantido, desse mesmo modo, contribuir para a redução da violência doméstica, feminicídio e criminalidade, fazendo com que a sociedade goiana seja beneficiada.

A metodologia aplicada é de caráter misto, tanto qualitativo quanto quantitativo a partir de um estudo de caso em campo, através da formulação de um questionário online de alunos do curso de formação de Policiais Militares ativos em Goiânia-GO. A participação foi voluntária, sem divulgação de dados pessoais e sem qualquer prejuízo em caso de desistência do participante. O questionário foi elaborado com base em perguntas específicas sobre a presença policial em comunidades como ferramenta para a prevenção de violência doméstica. Por conseguinte, as respostas do questionário foram analisadas e, dessa forma, foram obtidos os resultados das melhores estratégias ao combate da violência doméstica por meio do policiamento ostensivo.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 – POLICIAMENTO OSTENSIVO

O policiamento ostensivo representa uma estratégia eficiente na manutenção da segurança pública, caracterizada pela presença visível e ativa das forças policiais nas comunidades. Suas principais características incluem a realização de patrulhas regulares, o monitoramento de áreas suscetíveis a crimes e ações preventivas para dissuadir a ocorrência

de delitos. Essa modalidade policial prioriza a interação direta com a população, buscando estabelecer laços de confiança e cooperação entre a comunidade e as autoridades policiais. A presença constante dos militares, aliada à pronta resposta a situações emergenciais, contribui para a redução da criminalidade, promove a sensação de segurança entre os cidadãos e fortalece a percepção de controle do espaço público (Gasparini, 2004).

No contexto do Brasil, a Polícia Militar tem respondido às várias dinâmicas espaço-temporais, incluindo o aumento populacional, a escalada da violência urbana e os crescentes índices de criminalidade nos centros urbanos. Essas adaptações visam a uma atuação mais dinâmica no policiamento, crucial diante dos elevados índices de violência, especialmente em comunidades urbanas, que representam a maioria das ocorrências policiais atualmente. Dentro desse cenário, crimes como a violência contra mulheres, em conformidade com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), têm se destacado devido aos seus índices consideráveis de registros policiais. Em busca de otimização de procedimentos e a implementação de um modelo de policiamento mais preventivo, diversos estados iniciaram projetos especializados na prevenção e proteção contra a violência, como exemplificado pelo projeto "Patrulha Maria da Penha" implementado em estados brasileiros como Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais e Goiás, caracterizado por medidas ostensivas e preventivas sob a portaria específica da Secretaria da Mulher (Almeida, 2019).

2.2 – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM COMUNIDADES

A Lei Maria da Penha (11.340/2006) representa um marco na legislação brasileira ao visar a proteção contra a violência doméstica e familiar, especialmente direcionada às mulheres. Seu cerne consiste na promoção de medidas que reforçam tanto o aspecto substantivo quanto adjetivo do ordenamento jurídico, ampliando as penalidades relacionadas aos crimes de violência doméstica. Além disso, a legislação estabelece procedimentos processuais específicos que garantem suporte, assistência e proteção às mulheres vítimas de agressão, oferecendo suporte Legal para coibir e lidar com a violência no ambiente familiar. Ao reconhecer a importância da Lei Maria da Penha, é notável seu impacto na transformação do sistema Legal, promovendo uma abordagem mais abrangente e eficaz no combate à violência doméstica (Nobre, 2016).

A violência doméstica, enraizada nas dinâmicas de comunidades, apresenta desafios alarmantes para as forças policiais, frequentemente confrontadas com denúncias de casos extremos, como feminicídios. A complexidade desses cenários envolve a reatividade diante de

situações imediatas e a necessidade de abordagens proativas para prevenir tais eventos violentos. A atuação dos militares requer uma resposta imediata e eficaz, de acordo com a Lei Maria da Penha: do atendimento pela autoridade policial, artigo 10, 11 e 12: As autoridades policiais devem agir imediatamente ao tomar conhecimento ou diante da iminência de violência, adotando medidas legais cabíveis, incluindo proteção à vítima, encaminhamento para assistência médica e judiciária, garantindo transporte para um local seguro se houver risco, além de informar os direitos da vítima e os serviços disponíveis. A autoridade policial deve documentar o pedido da vítima, incluindo detalhes do ocorrido e as medidas de proteção solicitadas, anexando todos os documentos disponíveis. Os laudos médicos também são aceitos como provas válidas. A operação rápida conta com estratégias necessárias, como o policiamento ostensivo abordado neste presente estudo (Brasil, 2006, p. 3).

2.3 – IMPORTÂNCIA DAS MULHERES NO POLICIAMENTO OSTENSIVO

No Brasil, a tradição de policiamento, reflete fortemente a influência do Exército Nacional e ideologias machistas, resultando em limitações significativas na inclusão e ascensão das mulheres nas polícias militares. Em muitos Estados, restrições legais e informais impedem a participação feminina, como exemplificado pelas leis que fixam a presença das mulheres no efetivo policial em até 10% (Nobre, 2016). Embora a presença feminina tenha começado em meados do século XX, principalmente através de unidades específicas como o Pelotão de Polícia Militar Feminina, a expansão e visibilidade continuam sendo desafios relevantes até os dias atuais, com cerca de 5% de representação feminina no efetivo total das polícias militares. Essa porcentagem é expressiva ao revelar que a inclusão feminina na polícia está sendo efetiva mesmo que de forma gradual, entretanto, outras medidas devem ser estabelecidas para atribuir assistência as mulheres dentro do batalhão e em estratégias de policiamento (Calazans, 2004).

O ingresso tardio das mulheres na Polícia Militar e na inclusão nas medidas preventivas, acarretou em inserção deficiente da mulher no policiamento militar no Brasil. Desse modo, proporcionando à percepção social a ideia de que a presença feminina poderia atenuar a natureza da atividade policial séria, machista e respeitável. Calazans (2004) afirma que: A ausência de problematização das concepções de segurança pública, atividade policial e inserção feminina nos quadros da Polícia Militar permite formar-se, no imaginário dos gestores de segurança pública e da população em geral, a crença de que as mulheres são mais democráticas, menos violentas no exercício do policiamento ostensivo. Assim, à medida que

surtem novas concepções de segurança pública, levando a alterações nas ações de polícia (por meio de políticas preventivas, como o policiamento comunitário), associadas à crescente feminização do mercado de trabalho, esse imaginário permite supor-se haver um “novo” lugar para as policiais femininas. (Calazans, 2004, p.145).

A falta de análise crítica sobre os conceitos de segurança pública, práticas policiais e inclusão feminina na Polícia Militar fomenta a construção de uma percepção no imaginário dos responsáveis pela segurança pública e na sociedade em geral, sugerindo que as mulheres possuem uma tendência inerente à maior democracia e menor propensão à violência no desempenho das atividades de policiamento ostensivo (Sapori, 2007). Esse entendimento influencia o surgimento de novos paradigmas na segurança pública, que resultam em ajustes nas abordagens policiais, notavelmente através de políticas preventivas, como o policiamento comunitário. Esse movimento, paralelamente à crescente presença feminina no mercado de trabalho, abre espaço para a suposição de um novo papel para as policiais mulheres dentro da estrutura da Polícia Militar, refletindo um potencial redefinido de contribuição dessas mulheres para o contexto do policiamento ostensivo. Esse cenário sugere a necessidade de considerar não apenas a inclusão numérica de mulheres nas forças policiais, mas também uma reavaliação dos estereótipos de gênero e das dinâmicas de poder que influenciam o exercício e a percepção do policiamento por parte da sociedade (Marcineiro, 2009).

A presença de policiais em comunidades é pauta na dissuasão da violência doméstica. A estratégia do policiamento ostensivo cria um ambiente no qual agressores potenciais podem sentir maior inibição em realizar atos de violência contra suas cónyuge. Essa presença aumenta a percepção de responsabilidade e sensibilidade no enfrentamento dessas situações, uma vez que a presença de policiais militares pode ser percebida como um obstáculo adicional à impunidade dos agressores, impactando, assim, a dinâmica de poder existente e desencorajando comportamentos violentos (Oliveira, 2012).

Mulheres que enfrentam situações de violência doméstica muitas vezes sentem-se mais seguras e confiantes em interagir e buscar ajuda junto a policiais mulheres. A presença de uma figura feminina na força policial cria um ambiente propício para as vítimas se sentirem mais à vontade para relatar casos de violência. A identificação com a policial mulher, muitas vezes percebida como mais empática, compreensiva e acolhedora devido a uma possível identificação de gênero, possibilita uma maior abertura por parte das vítimas, criando um espaço propício para o relato detalhado e o recebimento de apoio emocional e prático, fatores essenciais no enfrentamento e na superação da violência doméstica. Dessa

forma, é indubitável a necessidade da inclusão de mulheres militares na estratégia do policiamento ostensivo ao combate e prevenção da violência doméstica (Musumeci. 2005).

2.4 – MEDIDAS PREVENTIVAS AO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

É irrefutável afirmar que os seres humanos são seres racionais, dotados de inteligência, criatividade, emoções e de habilidades mentais, são capazes de discernir o certo do errado, de fazer o mal ou o bem, de respeitar ou desrespeitar convenções, sempre com a capacidade de saber ou de avaliar as futuras consequências em relação aos seus atos cometidos. Os seres humanos são livres para escolher o que quiserem, o livre arbítrio é um direito natural dos homens de acordo com Gallo (2014), complementou com:

“A legislação é demasiadamente branda, tanto que o Brasil está conhecido como paraíso dos bandidos. Há muito a ser feito e está virando uma bagunça. Para começar, o delinquente é beneficiado logo após cometer o crime. Ele pode responder ao processo em liberdade, mesmo quando há indícios sólidos que o indivíduo é o culpado” (David Gallo, promotor de justiça do MP, em uma entrevista na Tribuna da Bahia (6/05/2014).

No intuito de garantir a preservação da ordem pública, o Estado detém a responsabilidade primordial na oferta de serviços de segurança pública, cuja implementação em Goiás recai sobre a Polícia Militar e a Polícia Civil. É relevante destacar que a Constituição Federal, no artigo 144, atribui à população não apenas um papel passivo, mas sim uma participação ativa na segurança pública, conferindo-lhe uma parcela de responsabilidade, ao afirmar que tal atribuição não é exclusiva do Estado, mas compartilhada por todos os indivíduos (Bezerra, 2019). Ambos os corpos policiais operam sob a jurisdição da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Goiás, um princípio alinhado à visão de Saporì (2007), que ressalta a incumbência estatal de assegurar a manutenção da ordem pública, conforme delineado por ele: O combate à criminalidade constitui uma atribuição estruturante do Estado nas sociedades contemporâneas. Além de prover saúde e educação, bem como outros serviços que garantem o bem-estar social, deve o Estado zelar pela preservação do patrimônio dos cidadãos e de suas respectivas integridades físicas. Os conflitos sociais derivados de disseminação de comportamentos desviantes são manejados,

nas sociedades modernas, por organizações públicas especializadas na efetivação de mecanismos de controle social”. (Sapori, 2007, p.17)

A estratégia de policiamento ostensivo adotada pela Polícia Militar é importante quando se trata de prevenção e combate à violência doméstica em comunidades. A iniciativa “Patrulha Maria da Penha” tem o intuito de proteger mulheres que sofrem de violência doméstica, com isso a presença constante e notável dos policiais contribui para evitar comportamentos violentos ao criar um ambiente de vigilância ativa nas áreas urbanas. Esse tipo de policiamento não apenas inibe potenciais agressores, mas também aumenta a sensação de segurança entre os moradores, encorajando as vítimas a relatarem casos de violência. Além disso, a interação direta entre a polícia e a comunidade facilita o acesso a recursos e apoio para as vítimas, encorajando a denúncia e possibilitando uma resposta mais rápida e eficaz diante de situações de violência doméstica. O policiamento ostensivo, ao estabelecer uma presença ativa e preventiva, desempenha um papel significativo na prevenção e mitigação da violência doméstica, promovendo assim a segurança de mulheres dentro de seus lares (Waiselfiz, 2012).

3 METODOLOGIA

Foi realizado um estudo de caso com metodologia mista, sendo quantitativo e qualitativo referente ao período de janeiro de 2024 a março de 2024, baseado em dados obtidos de um questionário com 20 alunos do curso de formação de Policiais Militares do município de Goiânia-GO, visando analisar medidas preventivas de combate à violência doméstica por meio do policiamento ostensivo. O início do questionário ocorreu logo após a assinatura eletrônica de autorização da Instituição de Segurança Pública na plataforma digital SEI. Os voluntários foram informados antecipadamente sobre o procedimento, benefício da pesquisa e a colaboração exercida. Todos assinaram obrigatoriamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A participação do trabalho foi voluntária, permitindo o aluno Policial Militar pudesse desistir a qualquer momento, sendo sigiloso os seus dados.

O questionário foi realizado presencialmente com alunos militares que aceitaram participar do trabalho. A obtenção das respostas para que pudesse constatar os resultados e discussão deste trabalho, se deu a partir de um questionário online pelo *Google Forms*, com 8 perguntas objetivas. Todas as perguntas foram restritas e objetivas fazendo com que o

participante voluntário fosse direcionado a entender com clareza e sem risco de direcionamento para outras interpretações.

Foram incluídos no estudo 20 Policiais Militares ativos no curso de formação do município de Goiânia-GO que estão cientes da estratégia do policiamento ostensivo e que aceitaram participar voluntariamente do questionário. Os critérios de exclusão ocorreram para os Policiais Militares que começaram o curso de formação com menos de 60 dias.

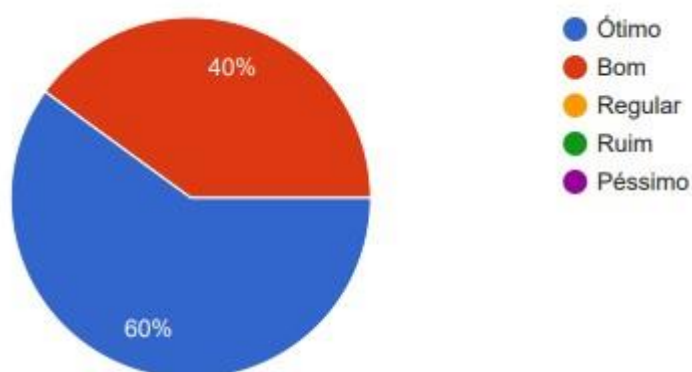
A análise se deu por dados qualitativos que se baseou em um questionário com os policiais sobre o policiamento ostensivo ser eficaz em comunidades contra violência doméstica. A identificação dos resultados foi obtida através de respostas similares, que tinham propostas iguais mesmo que respondidas de formas distintas e, todas as respostas foram consideradas, correlacionado as perguntas em demonstrações gráficas de caráter quantitativo, pela plataforma digital *Excel*, para melhor compreensão e dinâmica na interpretação.

Desse modo, a metodologia aplicada não teve custos significativos, foi acessível e segura para todos os indivíduos, estando de acordo com as diretrizes éticas estabelecidas. Desta forma, foi alcançado os resultados e respondido a problemática, alcançando os objetivos desse trabalho de acordo com a análise das principais estratégias para a prevenção da violência doméstica utilizando o policiamento ostensivo, além de propor intervenções que assegurem a mulher e que previna a violência doméstica, acarretando em benefícios para a Polícia Militar de Goiás, e conseqüentemente para toda a sociedade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das respostas analisadas pelos alunos do curso de formação da Polícia Militar (CFPM), referente ao policiamento ostensivo em Goiânia, resultam que 60% consideram uma estratégia ótima, como demonstra o gráfico 1:

Gráfico 1 – Percepção dos alunos Policiais Militares sobre o policiamento ostensivo em Goiânia.

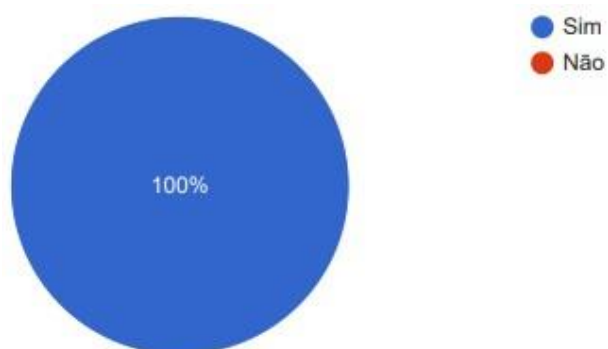


Fonte O Autor.

(Gráfico 1) Resultado: 60% (sessenta por cento) considera ótimo; e, 40% (quarenta por cento) considera bom.

Os alunos consideram de forma unânime que o policiamento ostensivo gera sensação de segurança na população (gráfico 2):

Gráfico 2 – Percepção dos alunos sobre o sentimento de segurança com o policiamento ostensivo.

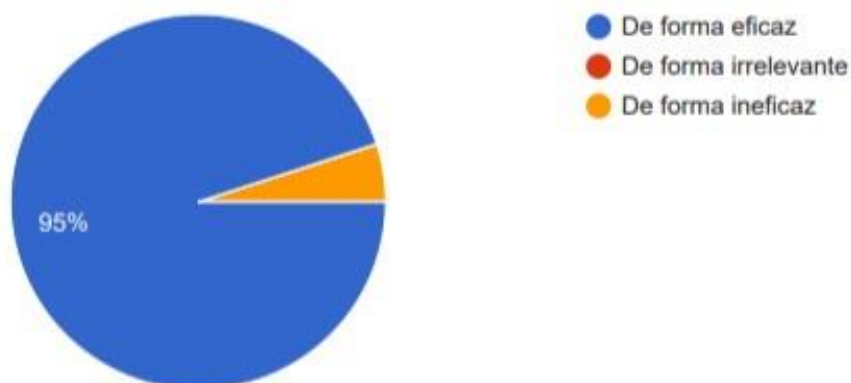


Fonte: O Autor.

(Gráfico 2) Resultado: 100% (cem por cento) responderam que sim.

Os alunos têm a percepção em 95% de que a simples presença de policiamentos nas ruas evita a prática de crimes (gráfico 3):

Gráfico 3 – De qual forma a simples presença militar inibe a prática de crimes.

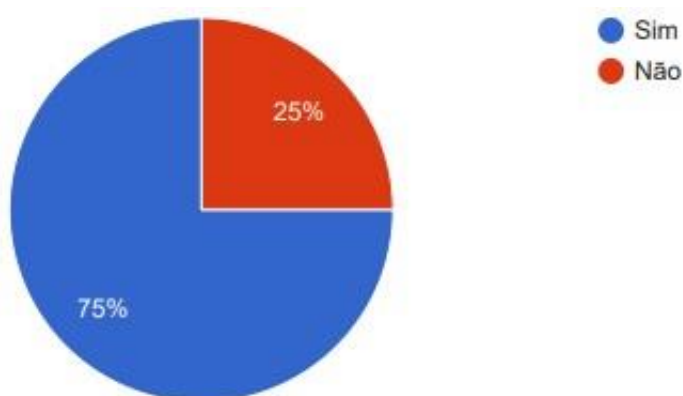


Fonte: O Autor.

(Gráfico 3) Resultado: 95% (noventa e cinco por cento) responderam que de forma eficaz; e, 5% (cinco por cento) responderam que de forma ineficaz.

Acerca da realização de instruções durante o curso de formação sobre a prevenção da violência doméstica contra a mulher, 25% responderam que não tiveram instruções sobre esse tema (gráfico 4):

Gráfico 4 – Realização de instruções de prevenção contra a mulher durante o curso de formação.

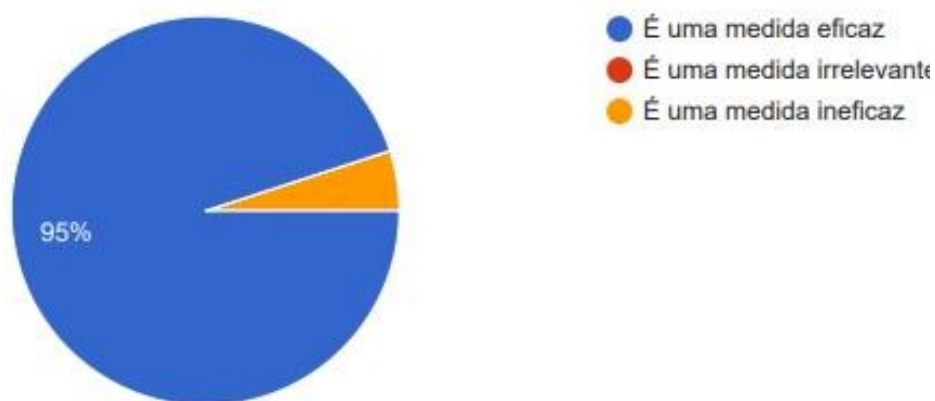


Fonte: O Autor.

(Gráfico 4) Resultado: 75% (setenta e cinco por cento) responderam que sim; e, 25% (vinte e cinco por cento) responderam que não.

Os alunos responderam que o policiamento ostensivo em comunidades pode ser uma forma de prevenção à violência doméstica (gráfico 5):

Gráfico 5 – Policiamento ostensivo como forma de prevenção à violência doméstica.

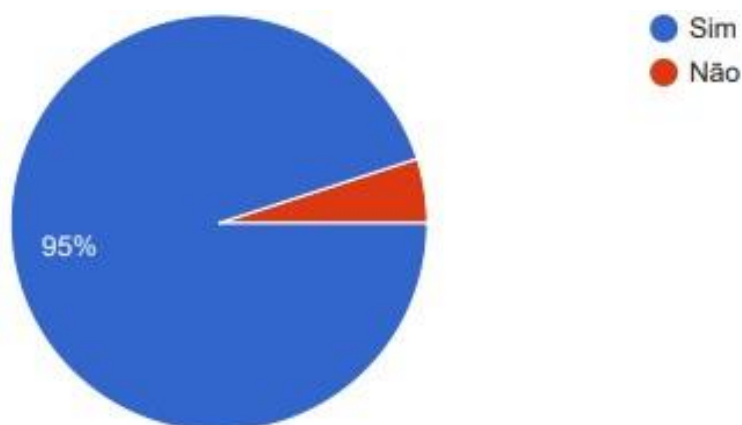


Fonte: O Autor.

(Gráfico 5) Resultado: Resultado: 95% (noventa e cinco por cento) responderam que é uma medida eficaz; e, 5% (cinco por cento) responderam que é uma medida ineficaz.

Os alunos analisaram que após a criação da “Patrulha Maria da Penha” foi eficaz para redução da violência doméstica (gráfico 6):

Gráfico 6 – Patrulha Maria da Penha é eficaz para redução da violência doméstica contra mulher.

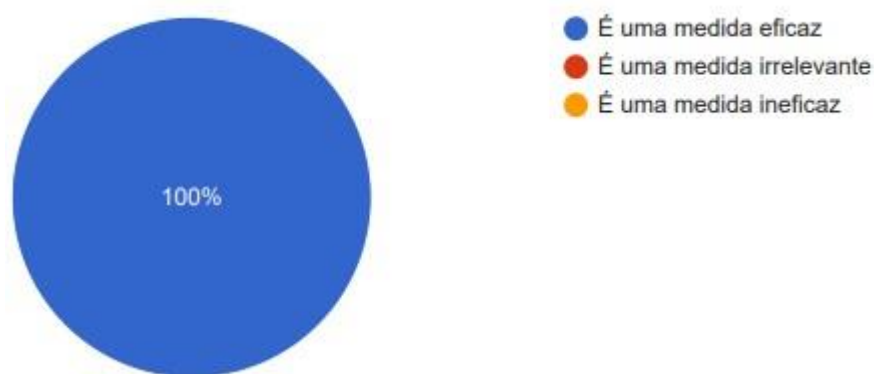


Fonte: O Autor.

(Gráfico 6) Resultado: Resultado: 95% (noventa e cinco por cento) responderam que sim; e, 5% (cinco por cento) responderam que não.

É visto a necessidade de Policiais Militares femininas no policiamento ostensivo para combate à violência doméstica (gráfico 7):

Gráfico 7 – Medida eficaz de Policiais Militares femininas no policiamento ostensivo para combater a violência doméstica.



Fonte: O Autor.

(Gráfico 7) Resultado: 100% (cem por cento) responderam é uma medida eficaz.

4.1 – MEDIDAS DE PREVENÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

É preocupante que 25% dos alunos do curso de formação de Policiais Militares tenham relatado não terem recebido instruções sobre prevenção da violência doméstica contra mulheres durante sua formação. Isso destaca a necessidade de incluir treinamento e conscientização sobre esse tema no currículo de formação dos policiais. Os policiais estão à frente de ocorrências de casos de violência doméstica e, portanto, é essencial que estejam bem preparados e sensibilizados para lidar com essas situações de forma acolhedora e adequada (Nobre, 2016).

Isso inclui o conhecimento das leis e procedimentos pertinentes e a compreensão das complexidades e sensibilidades envolvidas na violência doméstica, especialmente em um contexto familiar disfuncional no qual as vítimas muitas vezes se sentem receosas em buscar ajuda (Almeida, 2019).

É irrefutável que enquanto houver desordens, medidas preventivas deverão ser elaboradas (Sapori, 2007). Desse modo, é imperativo intensificar a presença do policiamento ostensivo em áreas residenciais, especialmente em comunidades com alto índice de denúncias

de casos de violência doméstica. Essa presença ativa e visível dos policiais pode dissuadir potenciais agressores e proporcionar uma sensação de segurança para as vítimas, encorajando a denúncia e o acesso aos serviços de apoio (Bezerra, 2019).

A comparação e concordância tanto entre a revisão teórica quanto aos resultados do questionário realizado, pode-se afirmar que o policiamento ostensivo é uma estratégia eficaz na prevenção de crimes. É fundamental fortalecer e expandir programas já existentes que apresentaram resultados como a “Patrulha Maria da Penha”, que se concentram na proteção e assistência às mulheres vítimas de violência doméstica (Oliveira, 2012).

Para tornar ainda mais eficaz, pode ser associada e integrada ao policiamento ostensivo, garantindo que os policiais treinados e preparados acerca da violência doméstica contra a mulher estejam presentes nas áreas identificadas como de prevalentes e que haja uma comunicação eficaz pelos serviços de apoio às vítimas.

Por fim, a participação de policiais do sexo feminino também é fundamental para melhorar a eficácia das medidas preventivas. Mulheres policiais são mais bem recebidas no apoio e na assistência às vítimas de violência doméstica, proporcionando um ambiente mais acolhedor e empático para as mulheres que buscam ajuda. Portanto, é essencial promover a inclusão e a capacitação adequada de policiais femininas, garantindo que estejam equipadas para lidar com situações delicadas e sensíveis de violência doméstica (Calazans, 2004).

5 CONCLUSÃO

O policiamento ostensivo é uma estratégia de prevenção à crimes e delitos, associados com a violência doméstica contra mulheres, é indubitável que é uma medida eficaz para reduzir os índices dessa desordem. Essa estratégia da presença policial acompanhado de viaturas gera uma sensação de segurança na população, a presença visível e constante dos policiais nas comunidades contribui para evitar que ocorra desordens, além de encorajar as vítimas a relatarem casos de violência. Dessa forma, previne e reduz esse tipo de criminalidade.

Os resultados obtidos desse trabalho revelam uma alta aprovação do policiamento ostensivo por parte dos alunos, destacando sua capacidade de gerar sensação de segurança na população e de inibir a prática de crimes, incluindo a violência doméstica. Além disso, a criação da "Patrulha Maria da Penha" é vista como uma medida eficaz para a redução da violência contra as mulheres.

Integrar programas já existentes de proteção às vítimas de violência doméstica com o policiamento ostensivo, garante uma presença ativa e notável nas áreas de maior incidência dessa criminalidade, fazendo com que a comunidade se sinta mais segura. Além disso, é fundamental aumentar o número de policiais do sexo feminino nessas patrulhas, proporcionando um ambiente mais acolhedor e empático para as vítimas.

No entanto, é preocupante o fato de que uma parcela dos alunos não tenha recebido instruções específicas sobre prevenção da violência doméstica durante sua formação. Isso ressalta a necessidade de incluir treinamento e conscientização sobre esse tema no currículo de formação dos policiais, a fim de garantir que estejam preparados para lidar adequadamente com essas situações especiais e delicadas. Desse modo, preparando-os para lidar de forma adequada e eficaz com situações que envolve delicadas como a violência doméstica, já que este crime envolve diretamente o psicológico das vítimas, o medo e a violência física e mental.

Este estudo, apesar de proporcionar resultados coerentes sobre a eficácia do policiamento ostensivo na prevenção da violência doméstica em Goiânia, apresenta algumas limitações que devem ser reconhecidas. Uma delas é o tamanho da amostra, que consistiu em apenas 20 alunos do curso de formação de Policiais Militares, o que pode limitar a generalização dos resultados para toda a população policial. Outra limitação, é o foco exclusivo na percepção dos alunos não fornece completamente a complexidade das estratégias de policiamento ostensivo e prevenção da violência doméstica. Portanto, são necessárias investigações adicionais com amostras mais representativas e métodos de coleta de dados mais abrangentes para validar precisão e expandir os achados deste estudo.

Em suma, este trabalho de conclusão de curso oferece medidas preventivas contra a violência doméstica por meio do policiamento ostensivo, destacando a importância de estratégias integradas e sensíveis às necessidades das vítimas. Espera-se que essas conclusões sirvam de base para a implementação de políticas e práticas mais eficazes de segurança pública, assegurando assim a proteção de vítimas de violência doméstica e contribuindo de forma direta com a Polícia Militar de Goiás.

Portanto, conclui-se que o policiamento ostensivo, aliado a medidas preventivas específicas e à presença de policiais femininas capacitadas, é uma estratégia eficaz na prevenção da violência doméstica no município de Goiânia-GO. No entanto, é essencial continuar aprimorando e fortalecendo essas iniciativas, garantindo assim a segurança e proteção das mulheres em suas comunidades. A implementação de políticas públicas voltadas para esse fim, juntamente com a sensibilização e capacitação dos agentes de segurança, são

passos essenciais para alcançar esse objetivo e construir uma sociedade mais justa e segura para todos.

REFERÊNCIAS

ALEMIDA, F.C.L; SILVEIRA, G.E. **As mulheres policiais no policiamento comunitário**. Brazilian Applied Science Review, v. 3, n.6, p.2577-2590, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BASR/article/view/5045>. Acesso em: 31 dez. 2023.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. São Paulo: Edusp; 2002.

BEZERRA, J. C. C; DA SILVA, D. J. **Cenário de operações policiais militares conhecendo o serviço de policiamento do 10BPM**. Trabalho de conclusão de curso PMGO, 2019.

BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2003.

BRASIL. **Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 03 jan. 2024.

CALAZANS, M. E. **Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã**. SP em Perspectiva, 18(1): 142-150. São Paulo, 2004.

CAVALCANTE, E. V. S. de F. **Violência Doméstica contra a mulher no Brasil**. 4. ed. Bahia: Juspodium, 2007.

GASPARINI, D. **Direito Administrativo**. 9ª ed. Rev. E atual. São Paulo: Saraiva, 2004.

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.

MARCINEIRO, N. **Polícia comunitária: construindo segurança nas comunidades**. Florianópolis: Insular, 2009.

MONET, J. C. **Polícias e Sociedades na Europa**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2006.

MUSUMECI, L.; SOARES, B. M. **MULHERES POLICIAIS: Presença feminina na polícia militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Série Segurança e Cidadania, 2005.

NOBRE, A. C.; LIMA, E. M. M. **Aplicação da Lei Maria da Penha na atuação Policial Militar – Art. 10 a 12**. PMDF Bacharel em Segurança Pública. Brasília, 2016.

OLIVEIRA, L. S. **Teto de vidro: relações de gênero, relações de poder e empoderamento das mulheres na Polícia Militar**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

OLIVEIRA, M. E. **Policiamento ostensivo com ênfase no processo motorizado**. 1ª ed. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2004.

SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. FGV Editora. Rio de Janeiro, 2007.

WASELFIZ, J.J.; **Mapa da violência: atualização: homicídios de mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO-Brasil, 2012. Disponível em: http://www.mapadaviolência.org/mapa2012_mulheres.php. Acesso em: 02.jan.2024.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSCIENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Prezado (a) Senhor (a),

Essa pesquisa é sobre o policiamento ostensivo como forma de prevenção à prática de violência doméstica no município de Goiânia-GO sob a percepção dos alunos policiais militares e está sendo desenvolvida pelo discente Yuri de Freitas Oliveira, do Curso de Especialização em polícia e segurança pública, no âmbito da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, sob a orientação do Senhor 3º Sargento Davidson Rodrigues Bian de Oliveira. Solicitamos a sua colaboração para responder ao questionário de entrevista encaminhado, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de segurança pública e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO.

- Você concorda em participar dessa pesquisa de forma voluntária?
 - Sim.
 - Não.

- Qual a sua idade?
 - Entre 20 e 23 anos.
 - Entre 24 e 27 anos.
 - Entre 28 e 30 anos.

- Qual o seu gênero?
 - Masculino.
 - Feminino.

- O que você acha do policiamento ostensivo em Goiânia-GO?
 - Ótimo.
 - Bom.
 - Regular.
 - Ruim.
 - Péssimo.

- Na sua visão, o policiamento ostensivo gera sensação de segurança na população?
 - Não.
 - Sim.

- Na sua opinião, de qual forma a simples presença de policiamento nas ruas inibe a prática de crimes?
 - De forma eficaz.
 - De forma irrelevante.
 - De forma ineficaz.

- Durante o curso de formação foi realizada alguma instrução sobre a prevenção à violência doméstica contra a mulher?

- Não.
 - Sim.
-
- Qual a sua opinião sobre a violência doméstica contra a mulher?
 - Sou a favor.
 - Sou contra.
-
- Qual a sua percepção sobre o policiamento ostensivo como forma de prevenir a violência doméstica?
 - É uma medida eficaz.
 - É uma medida irrelevante.
 - É uma medida ineficaz.
-
- Você acredita que a criação do projeto “Patrulha Maria da Penha” foi eficaz para a diminuição da violência doméstica?
 - Não.
 - Sim.
-
- Qual a sua visão sobre a presença de Policiais Militares femininas no policiamento ostensivo para o combate à violência doméstica?
 - É uma medida eficaz.
 - É uma medida irrelevante.
 - É uma medida ineficaz.